



Convencionabilidades narrativas e os crimes de proximidade: a violência contra mulheres no Brasil e as tensões na escrita jornalística

Narrative conventions and crimes of promixity: violence against women in Brazil and tensions in journalistic writing

BRUNO SOUZA LEAL¹

Resumo

Os campos problemáticos da vida social (Quéré, 2005), como por exemplo as relações de gênero, tornam visíveis um risco constante no dia-a-dia das mídias informativas. Por um lado, as mídias informativas devem produzir narrativas que deem conta de apreender acontecimentos complexos e marcados por inúmeras e contraditórias dimensões. Por outro, essas narrativas devem obedecer às regras gerais que marcam os textos jornalísticos e que os fazem reconhecíveis como tais por parte de leitores, telespectadores, radiouvintes, etc. Este artigo reflete sobre esse risco e essa tensão a partir de um conjunto de narrativas, recolhidas de periódicos jornalísticos brasileiros, acerca dos crimes de proximidade, ou seja, daqueles atos de violência entre pessoas ligadas por relações afetivas, como casais, namorados, e com parentesco familiar. Privilegiam-se, na análise, as narrativas dos chamados “pequenos acontecimentos” cotidianos, por serem exemplares dos modos regulares do jornalismo apreender o mundo e configurar as histórias que conta.

Palavras-Chave: Jornalismo; narrativa; crime; relações de gênero

Abstract

Gender relations, as other “problematic fields” (Quéré, 2005), make visible a constant risk in news media’s routine. In one hand, news media must produce narratives that bear complex relations with events that have innumerable and contradictory dimensions. On the other, those narratives must comply with the general rules that mark the journalistic texts and make them recognizable as such by readers, viewers, listeners, etc. This paper reflects on that risk focusing on news of “crimes of proximity” found on Brazilian news media. The expression “crimes of proximity” names those acts of violence that happen inside affective relationships (families, couples and so on). The analysis considers mainly the narratives of so-called “small events”, seen as examples of regular procedures developed by journalistic organizations to narrate the world.

Keywords: Journalism; narrative; crime; gender

1. INTRODUÇÃO

Diariamente, pode-se identificar na cobertura jornalística brasileira relatos da ocorrência de diversos crimes violentos contra mulheres e dificilmente termina-se uma semana sem ao menos um caso que, no jargão jornalístico do país, gere uma suíte, uma sequência com desdobramentos do fato inicial. A cobertura cotidiana

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, brunosleal@gmail.com

aparece nas pequenas notas de homicídio do tipo “marido mata mulher”, “ciúme provoca tragédia”, do registro de violências no âmbito das relações interpessoais e de proximidade – muitas vezes identificados com crimes chamados de passionais. Na outra ponta da cobertura estão os crimes violentos dessa mesma categoria que se tornam “grandes”, ganham rubrica e “vida própria”. Enquanto os “pequenos” acontecimentos surgem e desaparecem no ritmo das edições periódicas das mídias informativas, os “grandes casos” perduram às vezes por semanas. A “rotinização” das histórias de violência contra mulher certamente não é exclusividade da mídia noticiosa brasileira, como indica, por exemplo, o trabalho de Simões (2011), tendo em vista a realidade portuguesa. A autora inclusive observa a diferença entre o tratamento dado à violência íntima entre celebridades e às pessoas comuns, o que se aproxima, *grosso modo*, à distinção observada aqui entre “grandes” e “pequenos” acontecimentos.

As razões que levam à transformação de um “pequeno acontecimento” em um “grande caso” podem ser as mais variadas e fogem ao escopo deste artigo. O importante, nesta reflexão, é observar as implicações, a partir das notícias sobre a violência contra mulher no Brasil, naquilo que se chama atualmente de “testemunho midiático”, em sua dupla face: as relações que as mídias noticiosas mantêm com os acontecimentos narrados e aquelas que as narrativas midiáticas desenvolvem com seus espectadores. Não se apresenta aqui, portanto, um estudo de caso ou o resultado de uma pesquisa já concluída, mas uma reflexão que, tendo por base indícios recolhidos da mídia noticiosa brasileira, busca identificar alguns contornos do desafio investigativo relativo ao “testemunho midiático” da violência contra a mulher. A opção pela realidade brasileira atual, assim, não implica a circunscrição do alcance das reflexões apresentadas.

A partir do contexto jornalístico brasileiro atual, e diante dessa diversidade recorrente de notícias, este artigo inicia seu percurso com uma perspectiva geral de apreensão da relação entre o jornalismo e a violência contra as mulheres. Defende-se, aqui, a importância da atenção às narrativas midiáticas que materializam essa relação. As narrativas, por um lado, ampliam o entendimento da cobertura jornalística da violência contra mulheres. Nessa perspectiva, apresentam-se como um modo de abordagem da questão produtivamente complementar aos já existentes e também como a abertura de novas dimensões e problemas de pesquisa, iguais àquelas concernentes ao chamado “testemunho midiático”. Por outro lado, esse movimento exige que uma ruptura com modos excessivamente circunscritos e redutores do fenômeno narrativo, que, especialmente nos estudos de jornalismo, o tomam, por exemplo, como limitado à notícia. O percurso aqui empreendido, assim, inicia-se pela revisão da relação jornalismo e violência contra as mulheres, para, a seguir, problematizar a narrativa como “lugar” de investigação. A revisão das relações em jornalismo e violência de gênero aqui não se propõe exaustiva, mas busca estabelecer um panorama atual de alguns de seus aspectos relevantes. Será dada atenção, então, às dimensões que constituem o fazer narrativo jornalístico, como as convenções textuais e interpretativas que o perpassam, e a uma percepção da

narratividade noticiosa que implica ainda as relações peculiares que envolvem as mídias informativas. Com isso, ao final desse percurso, considera-se um desdobramento fundamental dessa proposição, ao refletir-se sobre a constituição narrativa do testemunho jornalístico.

2. A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM GRANDES E PEQUENOS ACONTECIMENTOS

A diversidade da presença dos crimes de gênero no cotidiano jornalístico brasileiro – mas não apenas - tem certamente amplas implicações. Uma das mais importantes é que a mídia noticiosa, especialmente os jornais e revistas impressos, é uma fonte recorrente de pesquisas sobre a violência contra a mulher. Conforme observa Pasinato (2011), tendo em vista o contexto brasileiro e de diferentes outros países, recorre-se aos jornais dada a ausência de outras fontes mais precisas e consistentes de dados e como forma de “...recopilar dados que contribuam para contextualizar essas mortes, tais como o tipo de relacionamento entre a vítima e seu agressor, as causas que teriam motivado as mortes e as circunstâncias em que os crimes ocorreram.” (Pasinato, 2011: 222). Isso não é dizer que o jornalismo seja alvo de grande confiabilidade. Como observa Wânia Pasinato (2011: 222), as informações fornecidas pelas mídias noticiosas são marcadas por injunções diversas (que vão desde a restrição da abrangência de sua cobertura e a seleção de alguns casos entre outros até aspectos mercadológicos), que obrigam os pesquisadores a tratá-los com “cautela” e “muito critério”.

Essa percepção é ainda mais acentuada quando se considera uma das formas mais delicadas e cotidianas da violência de gênero no Brasil e em outros países, aquela que envolve os chamados “parceiros íntimos”, ou seja, companheiros, ex-companheiros e namorados com quem as mulheres mantêm relações sexuais. No levantamento realizado por Schraiber *et al.* (2007), em dois ambientes distintos, a cidade de São Paulo e 15 municípios da Zona da Mata Pernambucana, mais de 43% das mulheres pesquisadas informam ter sofrido algum tipo de violência (psicológica, física e sexual) por parte de seus parceiros. A pesquisa registra a sobreposição desses tipos de violência, produzindo então uma forma ainda mais grave de sua manifestação. É o que também apontam os dados da investigação sobre homicídio de mulheres no Brasil no “Mapa da Violência 2012” (Waiselfiz, 2012).

Se é possível reconhecer a recorrência, no noticiário, dos casos de violência; se é plausível pressupor que sua cobertura se altera em função das mídias e seus mercados; se há claros indícios de que o volume de notícias parece sempre menor que o número efetivo de casos de violência contra a mulher, não se pode, porém, considerar igualmente que as mídias tornam sempre mais graves os acontecimentos e que dão regular atenção às vítimas individuais. Isso pode ser identificado no caso das “grandes ocorrências”, aquelas que mobilizam a cobertura jornalística de modo mais extenso, como foram os crimes ditos passionais nos anos 70/80, que

comoveram grande parte da população brasileira (como os “casos” Ângela Diniz e Heloisa Ballesteros Stancioli). No entanto, num exercício de observação da cobertura cotidiana de mortes e crimes, entre eles aqueles ligados à violência contra a mulher, chama a atenção o quanto as “pequenas mortes”, os “pequenos acontecimentos” são oferecidos de modo rápido, com pouco destaque e sem sequer a indicação frequente do nome das vítimas (Leal, Antunes & Vaz, 2011 e 2012), ampliando ainda mais a percepção do tratamento “lacunar” e “descontextualizado” da violência de gênero pela mídia noticiosa. Ou seja, não apenas as coberturas jornalísticas variam ao longo do tempo, dos interesses de mercado e político-ideológicos, como é preciso atentar para suas diferenças narrativo-discursivas e suas implicações, o que dificulta ou limita a generalização acerca de um modo recorrente do tratamento midiático.

3. O PESO DAS NARRATIVAS

Nesse caminho, pondera-se diferentemente o peso das diversas narrativas para uma compreensão mais matizada das questões que envolvem a abordagem do problema da violência contra as mulheres no âmbito da mídia informativa. A atenção às narrativas envolve, por um lado, considerar os aspectos estruturais, discursivos e estéticos que as configuram, como, por exemplo, seu acento sensacionalista, melodramático e/ou realista; as modalidades de agenciamento afetivo (indignação, ressentimento, surpresa, solidariedade etc.) que conformam e através dos quais buscam mobilizar os seus receptores; o modo como as pessoas envolvidas são apresentadas nos papéis míticos de vilão/vilã, vítima, herói/heroína etc.; como as diferentes vozes sociais são orquestradas nessa composição (como observam os estudos compilados por Berger, Marocco & Henn, 2012). Por outro lado, alcança também uma dimensão recorrente, à medida que se reconhece que as mídias noticiosas tecem narrativas cotidianas e incessantes, na retomada de certos temas e histórias e na sua reaparição regular, no ritmo de cada edição. Para além de uma notícia, cada mídia noticiosa configura, a seu modo, uma narrativa particular sobre a violência de gênero e isso não implica apagar contradições e mudanças de percursos, nem a especificidade de histórias singulares, tal como estudos recentes acerca da cobertura jornalística da homofobia apontam (Leal & Carvalho, 2012).

Esse movimento em direção às especificidades narrativo-discursivas encontra amparo nas teorias mais recentes da análise do discurso e no desenvolvimento dos estudos da narrativa a partir especialmente do impacto das obras de Paul Ricoeur (2010) e da consequente renovação da narratologia (Lits, 1997, 2007). Com isso, menos que uma estrutura fixa, um dado, a narrativa é vista como dotada de uma dinamicidade própria (a partir da “célula melódica” da intriga) que, ao mesmo tempo, produz inovações semânticas diante do substrato ético do mundo no qual surge e para aquele no qual é absorvida. Além disso, sendo uma “síntese do heterogêneo”, à medida que articula diferentes elementos em sua composição, ela promove uma

organização da vida que abriga contradições e cujos processos de sentido são certamente bastante complexos. Nos estudos midiáticos, essa atenção à narrativa põe em cena um ator em geral pouco considerado: a própria mídia informativa, em sua identidade e em sua ação como “sujeito semiótico” (Landowski, 1992; Mouillaud, 1997).

Além disso, faz ver o papel do que se pode chamar “convenções narrativas” na configuração midiática dos acontecimentos. Essas convenções referem-se a modos de narrar cristalizados no fazer jornalístico e que se apresentam recorrentemente, em diferentes narrativas e mídias informativas. Assim, a título de exemplo, se tomarmos um período específico, como na semana de 24 a 30 de março de 2013, quando da Semana Santa no Brasil e em outros países cristãos, um leitor brasileiro, que se dedicasse a folhear diversos jornais, se depararia com manchetes como essas:

“Pai é acusado de estuprar filha” (Meia Hora, RJ, 25/03/2013)

“Homem briga com esposa, coloca fogo na própria casa e acaba preso” (Hoje em Dia, BH, 28/03/2013)

“Corpo de mulher é abandonado em Ondina” (A Tarde, Salvador, 30/03/2013)

“Mata por ciúmes na frente dos quatro filhos” (SuperNotícia, BH, 29/03/2013)

Essas quatro manchetes, colhidas um tanto aleatoriamente, em diferentes seções dos jornais indicados, referem-se a casos de violência de gênero e têm características próximas: nelas as vítimas e algozes são nomeadas em termos genéricos: homem, mulher, pai, esposa, etc. Por um lado, essa nomeação é justificada pela economia textual e espacial típica dos títulos jornalísticos. Por outro, não deixa de ser significativo que dizem respeito a pessoas “comuns” e a eventos “cotidianos”. Caso as pessoas envolvidas nesses acontecimentos tivessem alguma notoriedade, seu nome estaria ali presente. Em outras palavras, essas quatro manchetes reforçam uma qualidade dos indivíduos envolvidos nesses acontecimentos: “anônimos”, eles são assim mantidos pelo fazer jornalístico. Essa anonimidade é acentuada quando se verifica o corpo dos quatro textos que se seguem a essas manchetes. Neles, os nomes próprios das pessoas envolvidas surgem, como dados e sem maior destaque, ao longo das histórias, que se constroem, assim, em torno das qualidades genéricas desses indivíduos tornados personagens noticiosos. Esse mesmo movimento, aparentemente típico dos “pequenos acontecimentos”, foi observado num outro exercício de acompanhamento das notícias sobre “mortes cotidianas” (Leal, Antunes & Vaz, 2012; Leal, 2012).

Menos que uma denúncia de um desrespeito, a observação desse anonimato e dessa opção pela apresentação genérica das personagens aponta para um modo de dizer convencionalizado jornalisticamente. Por um lado, tal convenção articula-se ao entendimento da noticiabilidade dessas ocorrências “comuns” e “cotidianas”, que, pode-se inferir, não teria outro apelo que sua marca recorrente e indiferenciável. Por

outro, sugere também uma estratégia comunicativa de construção de proximidade (Fontcubierta & Borrat, 2006) com o leitor: sendo anônimas essas vítimas e algozes podem ser qualquer um...*de nós*.

Esses modos convencionais de narrar, portanto, menos que simples estratégias textuais, são materializações de esquemas interpretativos, que dizem respeito a modos mais regulares, estratégicos e gerais desenvolvidos pelo jornalismo para lidar com a diversidade de ocorrências cotidianas. Como observa Ugo Volli, “[d]iante dos novos dados de fato, o jornalista confecciona ‘as notícias do dia’ reutilizando modelos já experimentos, *configurações narrativas* de importância bem mais geral..” (2007: 257, grifos do autor). Isso é dizer, então, que essas configurações narrativas, essas convenções, remetem a algo mais amplo e estável:

No campo da informação, parece sem dúvida mais eficiente e mais econômico, e sobretudo mais importante do ponto de vista da manutenção de um sistema cultural organizado, fazer com que circulem na mídia não atribuições de sentido únicas para acontecimentos únicos, mas *avaliações e interpretações mais globais*, válidas para grupos de eventos considerados pertencentes a uma mesma classe, portanto ‘semelhantes’. (Volli, 2007: 257, grifos do autor)

Atentar-se, portanto, para as narrativas jornalísticas é encontrar um caminho em que, simultaneamente, observam-se certas marcas do fazer e do saber jornalístico, características do mundo construído nesse processo e ofertado ao leitor/receptor e, ainda, de modo indireto, algumas qualidades dos acontecimentos sociais, a partir das relações que cada notícia estabelece com os eventos aos quais dá visibilidade. Ressalta-se, aqui, que “texto” não é tomado apenas como uma tessitura verbal, mas como uma articulação semiótica complexa, que envolve diferentes linguagens (tal como fazem, entre outros, Abril, 2006 e Volli, 2007). A narrativa jornalística apresenta-se assim como um entrelaçamento peculiar e tenso de dimensões diversas, inclusive semióticas, que dizem da ação de diferentes agentes sociais, entre os quais se fazem presentes aqueles propriamente midiáticos.

4. A NARRATIVA COMO TESTEMUNHO

Nessa perspectiva, as mídias noticiosas se apresentam, na mediação jornalística, como atores peculiares, não apenas como meros suportes de notícias. Revela-se então claramente uma cadeia interpretativa que expõe a mediação jornalística como uma rede de circulação de notícias, mas também de mídias informativas, de partilha de valores e de legitimidade (Mouillaud, 1997; Landowski, 1992, entre outros). Um dos aspectos importantes envolvidos nesse processo é o da seleção do que vai ser noticiado, algo que passa a ser visto não nos termos estritos da relação acontecimento/notícia, mas especialmente das condições particulares que a tornam possível e historicamente existente. Como observa Niklas Luhman (2005: 56), “os meios de comunicação se interessam pelo que é verdadeiro só sob condições fortemente restritivas” e o configuram de modo próprio e peculiar. Além disso, as mídias

informativas definem o que é verdade – o que é o acontecimento e o que dele deve ou pode ser noticiado – não apenas para si, na sua leitura do mundo, mas também em relação uns aos outros, constituindo-se como uma espécie de instância avaliadora posicionando-se diante da complexidade dos fenômenos, produzindo narrativas diversas e buscando garantir a legitimidade da sua ação e de todo o “sistema”, para usar o termo caro a Luhman.

Se isso ocorre nas relações que envolvem qualquer notícia e qualquer mídia noticiosa com os acontecimentos que relatam, no caso da violência de gênero, considera-se que ela integra um “campo problemático” (Quéré, 2005) da vida social, que faz brotar ocorrências diversas. Todas elas são marcadas pelas tensões que envolvem os processos de construção das masculinidades e feminilidades, suas performatividades, trânsitos e fronteiras, as relações de força, de visibilidade e invisibilidade, além dos embates político-institucionais, morais e comportamentais cada vez mais frequentes, tais como indicam os estudos seminais de Foucault (1994), Giddens (1993), Butler (1990 e 1993), Sedgwick (1990), entre outros, e seus desdobramentos. Como lembra Pasinato (2011), a diversidade das formas da violência contra a mulher, muitas delas vinculadas às transformações que os desempenhos dos papéis de gênero sofrem e são percebidos pelos indivíduos em diferentes contextos, parece exigir tratamentos menos generalizantes. Diz a pesquisadora:

Não seria mais produtivo, no que toca à atuação política, desagregar as mortes e dar-lhes algum significado a partir dos contextos em que ocorreram? Desagregar ao invés de “amalgamar” não seria mais interessante também do ponto de vista teórico, conceitual, permitindo refletir sobre a necessidade de políticas que sejam mais pontuais, ao mesmo tempo introduzindo as discussões sobre as especificidades de gênero de maneira transversal nas políticas de governo e do estado? (Pasinato, 2011: 239)

Nessa perspectiva, no estudo do tratamento midiático da violência de gênero, faz-se necessário dar um passo além da percepção, já consolidada, do seu tratamento “lacunar” e “descontextualizado”, compreensão para a qual contribuíram enormemente os estudos que examinam as representações sociais midiáticas da violência contra as mulheres, com a caracterização dos estereótipos construídos e das estratégias retóricas de estigmatização das vítimas ou apagamento do papel dos agressores (como os de Berns, 2004 e Bullock & Cubert, 2002, entre outros). Afinal, complexas e multifacetadas, as relações de gênero e afetivo-sexuais estão na ordem do dia midiático, seja numa perspectiva de direitos humanos e dos conflitos que instauram, seja em função de outros produtos culturais que as tematizam (novelas, filmes, livros, ações na web, etc.), seja pela frequência e constância dos “crimes de proximidade” (Leal & Carvalho, 2009; Antunes, 2012). Nesse campo problemático específico, é possível verificar que na sucessão de notícias, as mídias informativas simultaneamente lembram e esquecem o que narram, como narram e a si mesmas (Leal & Carvalho, 2012) e com isso “fraturam-se”. Assim,

[q]uando se considera a identidade narrativa desses sujeitos semióticos, a quebra da sua “integridade” acentua o caráter performático de sua voz e de suas

posições. As mídias jornalísticas surgem como seres alheios a si mesmos, ora esquecidos do que disseram, ora “distraídos” do que afirmam. (Leal & Carvalho, 2012: 112)

Com isso, tais acontecimentos não apenas apresentam uma forma de serialidade como tensionam a experiência temporal do jornalismo que, ao fim e ao cabo, permitem apreender a articulação entre as notícias e as mídias, entre uma narrativa específica e a narratividade de modo mais amplo. Nessa perspectiva, a narratividade e as demais ações desenvolvidas pelas mídias noticiosas expõem, de modo cabal, a qualidade do testemunho midiático promovido pelo jornalismo em suas variadas dimensões. Em que pesem algumas restrições ao uso do termo (como retoma criticamente Das, 2011), o “testemunho” midiático vem se tornando expressão recorrente nos estudos em comunicação (Ellis, 1999; Frosh, 2006; Frosh & Pinchevski, 2011; Tait, 2011), por articular uma visada dupla: por um lado, permite refletir sobre os aspectos político-interpretativos, contextuais, de confiança e crença (Ashuri & Pinchevski, 2011) que envolvem a relação do jornalismo (envolvendo as mídias, seus processos peculiares e os jornalistas) e os acontecimentos sociais. Por outro, constitui uma forma de apreender a relação dos públicos, das pessoas comuns, com as realidades apresentadas na TV, no jornal, no rádio, na internet etc.

No primeiro caso, entram em questão os modos e processos em que uma experiência – jornalística – do mundo é transformada em texto, em narrativa, especialmente num contexto em que cada vez menos os grandes conglomerados midiáticos investem nas reportagens de campo, no envio de profissionais para coberturas *in loco* (Rentscheler, 2011). O jornalismo aí pode ser apreendido tanto na condição de uma instância testemunhal quanto como uma narrativa que se constrói inscrevendo nos relatos a figura de informantes que testemunham – “depõem” sobre e “lembram-se” de – acontecimentos diversos. No segundo caso, o que vem recebendo mais atenção por parte dos pesquisadores, busca-se apreender a experiência dos receptores desses eventos-textuais que as mídias fazem circular. Se há, nesse caso, um corte aparentemente intransponível entre os acontecimentos relatados e a vida dos receptores (pois as notícias remetem a eventos ocorridos em outro tempo, outro bairro, em outra cidade, em outro estado, país etc., ou seja, distantes de seus olhos e ouvidos), essa ruptura é ao menos contornada pela presença do texto midiático-noticioso no cotidiano das pessoas. Afinal, esses textos, essas narrativas, “acontecem” no aqui-agora da audiência, no momento e no espaço da recepção.

A importância do testemunho midiático da violência de gênero certamente é reconhecida pelos pesquisadores, que buscam então lidar com seus limites. Ao mesmo tempo, há claros indícios de seus impactos na vida cotidiana, como notam estudos como os de Parente, Nascimento & Vieira (2009), que observam que as mídias têm um papel forte no estímulo à ação de mulheres vítimas de violência em Fortaleza, Ceará, em buscarem ajuda médica, medidas de proteção e em desencadear processos de denúncia. Como observam Blondheim & Liebes (2011), sendo o testemunho midiático fundamentalmente um ato comunicativo, seu grande desafio

é o da veracidade e da crença, pois é ela que possibilita a efetiva superação das discontinuidades intrínsecas aos processos de mediação. Seja em relação à leitura dos acontecimentos pelas mídias, seja em relação à qualidade da experiência que seus textos propõem aos receptores, a reflexão acerca do testemunho midiático não desconsidera as tensões e conflitos aí presentes. Ao contrário: os tem como elementos importantes, a serem considerados e explorados nos estudos e análises diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abril, G. (2006). *Análisis crítico de textos verbovisuais*, Madrid: Síntesis.
- Antunes, E. (2012) Acontecimentos violentos, ressentimento e as marcas de uma interpretação, in França, V. & Oliveira, L. (org.) *Acontecimento: reverberações*, Belo Horizonte: Autêntica, pp. 269-294.
- Ashuri, T; Pinchevski, A. (2009) Witnessing as a field. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p.133-158.
- Berger, C; Marocco, B; Henn, R (orgs) (2012). *Jornalismo e Acontecimento: diante da morte*. Florianópolis: Insular
- Berns, N., & Schwwingruber, D. (2007) "When you're involved, it's just different": Making sense of domestic violence. *Violence Against Women*, 13, p. 240-261.
- Berns, N. (2001) Degendering the Problem and Gendering the Blame: Political Discourse on Women and Violence. *Gender and Society*, Vol. 15, No. 2, pp. 262-281.
- Berns, N. (2004) *Reframing the Victim: Domestic Violence, Media, and Social Problems*. New York: Walter de Gruyter
- Blondheim, M; Liebes, T. (2009) Archaic witnessing and contemporary news media. In: Frosh, P; Pinchevski, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p.112-131.
- Borsoi, T; Brandão, E; Cavalcanti, M. (2009) Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária à saúde no município do Rio de Janeiro. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 13, n. 28.
- Bullock, C.F. & Cubert, J. (2002) Coverage of Domestic Violence Fatalities by Newspapers in Washington State. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(5), p. 475-499.
- Butler, J (1993). *Bodies that matter*. Londres: Routledge.
- Butler, J (1990). *Gender trouble*. Londres: Routledge.
- Carvalho JR. O. (2010) Mídia e criminalidade: acertos e impasses no agenda-setting e no accountability. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 46, N. 2, p. 187-196.
- Carvalho, C. (2012). *Jornalismo, Homofobia e Relações de Gênero*. Curitiba: Appris.
- Casetti, F.; Chio, F. (1999) *Análisis de la televisión*. Barcelona, Paidós.

- Das, V.(2011) O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, vol. 37, jul-dez, p.9-41.
- Ellis, J.(2009). Mundane Witness. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p 73-88.
- Ellis, J.(1999) *Seeing Things*. Nova York: Palgrave.
- Fontcubierta, M; Borrat, H. (2006). *Periodicos: sistemas complejos*. Buenos Aires: La Crujia.
- Foucault, M.(1994) *História da Sexualidade 1 – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Frosh, P; Pinchevski, A.(2009) Crisis-readiness and media witnessing, *The Communication Review*, v. 12, n. 3, p. 295-304.
- Frosh, P; Pinchevski, A. (2009) *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Frosh, P; Pinchevski, A. (2009) Why media witnessing? Why now? In: Frosh, P; Pinchevski, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 1-22.
- Frosh, P.(2006) “Telling Presences: Witnessing, Mass Media, and the Imagined Lives of Strangers.” *Critical Studies in Media Communication* 23: 263-284.
- Giddens, A.(1993). *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp.
- Landowski, E.(1992) *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Educ/Pontes.
- Leal, B. (2012) O realismo em tensão. BERGER, C; MAROCCO, B; HENN, R (orgs). *Jornalismo e Acontecimento: diante da morte*. Florianópolis: Insular, pp. 95-104.
- Leal, B; Antunes, E; Vaz, P.(2011) Aproximações ao trágico cotidiano: um ensaio metodológico. 9º Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ.
- Leal, B; Antunes, E; Vaz P.(2012) El acontecimento como contenido. *Estudios del mensaje periodístico*. Vol 18, nº 1, p.383-398.
- Leal, B; Antunes, E; Vaz, P.(2012) Narratives of death: journalism and figurations of social memory. In: Cabecinhas, R; Abadia, L (org). *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches*. Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Leal, B; Carvalho, C.(2012) *Jornalismo e homofobia no Brasil*. São Paulo: Intermeios.
- Leal, B; Carvalho, C.(2009). Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? *E-Compós*. Brasília: Compós, vol. 12, nº12, mai/ago.
- Lits, M. (1997) Le récit médiatique: un oxymore programmatique? *Recherches en communications*. Louvain, nº 07, p.37-59.
- Lits, M. (2007). L'information a l'heure numérique. *Recherches en communication*. Louvain, nº 28, p. 81-89.
- Luhmann, N. (2005) *A Realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Mouillaud, M. (1997). O jornal: da forma ao sentido. Brasília: UnB.

- Parente, E; Nascimento, R; Vieira, L.(2009) Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após denúncia. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, vol. 17, nº 02, p. 445-465.
- Pasinato, W.(2011) “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, dez.
- Quéré, L.(2005) Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*. Lisboa, nº 06, p.59-76.
- Ramos, S; Paiva, A.(2007) *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Rentshchler, C.(2009) From Danger to trauma: affective labor and journalistic. In: Frosh, P; Pinchevski, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p.158-181.
- Ricoeur, P.(2010). *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Schraiber, L. et al.(2007) Prevalência da violência contra mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista Saúde Pública*. São Paulo: Usp, vol 41, nº 7,p.797-807.
- Sedgwick, E.(1990) *Epistemology of the closet*. Los Angeles: University of California Press.
- Simões, R. B. (2011) *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*. Coimbra : [s.n.], Tese de doutoramento em Letras, na área científica de Ciências da Comunicação, especialidade *Media e Sociedade*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Sodré, M.(2004). *Sociedade, Mídia e Violência*. Porto Alegre: Sulina.
- Tait, S. (2011) Bearing witness, journalism and moral responsibility. *Media, Culture & Society*, v. 33, n. 8, p. 1220-1235.
- Vaz, P; Sá-Carvalho, C; Pombo, M.(2006) A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 30, agosto.
- Volli, U. (2007) *Manual de Semiótica*. São Paulo: Loyola.
- Waiselfisz, JJ. (2012). *Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil*. [Internet]. São Paulo: Instituto Sangari.